

## ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	13
1.1. O Direito da Insolvência	13
1.2. O processo de insolvência	16
2. EVOLUÇÃO GERAL DO REGIME DA INSOLVÊNCIA	21
2.1. Direito Romano	21
2.2. Direito Intermédio	25
2.3. A Codificação	32
2.3.1. O <i>Code de Commerce</i> francês de 1807	32
2.3.2. A <i>Konkursordnung</i> alemã de 1877	34
2.4. O advento do princípio da recuperação de empresas	36
2.5. As reformas recentes em matéria de insolvência	38
2.5.1. Generalidades	38
2.5.2. A reforma francesa de 1984/1985 e a evolução subsequente	39
2.5.3. A reforma inglesa de 1986 e a evolução subsequente	42
2.5.4. A <i>Insolvenzordnung</i> alemã de 1994	44
3. EVOLUÇÃO DO REGIME DA INSOLVÊNCIA EM PORTUGAL	47
3.1. Fases da evolução	47
3.2. A primeira fase: sistema da <i>falência-liquidação</i>	47
3.2.1. Generalidades	47
3.2.2. A quebra nas Ordenações	48
3.2.3. O Código Comercial de 1833 (FERREIRA BORGES)	50
3.2.4. O Código Comercial de 1888 (VEIGA BEIRÃO)	52
3.2.5. O Código das Falências de 1899	53
3.2.6. O Código de Processo Comercial de 1905	55
3.2.7. O Decreto nº 21758, de 22 de Outubro de 1932	56
3.2.8. O Código das Falências de 1935	59
3.2.9. O Código de Processo Civil de 1939	61
3.3. A segunda fase: o sistema da <i>falência-saneamento</i>	65

3.3.1.	O Código de Processo Civil de 1961	65
3.3.2.	As medidas administrativas de saneamento financeiro das empresas em situação económica difícil	68
3.3.3.	O Decreto-Lei nº 177/86, de 2 de Julho	70
3.3.4.	O Código dos Processos Especiais de Recuperação de Empresa e da Falência	73
3.4.	A terceira fase: o retorno ao sistema da <i>falência-liquidação</i>	76
3.4.1.	A aplicação do sistema em pleno na versão inicial do Código	76
3.4.2.	A sua atenuação após a revisão do Código efectuada pela Lei 16/2012, de 20 de Abril	78
4.	A SITUAÇÃO DE INSOLVÊNCIA	81
4.1.	Critérios para a definição da situação de insolvência	81
4.2.	O critério da lei portuguesa	82
5.	SUJEITOS PASSIVOS DA DECLARAÇÃO DE INSOLVÊNCIA	85
5.1.	Sujeitos passivos abrangidos pelo regime comum da insolvência	85
5.2.	Regimes especiais	89
5.2.1.	Generalidades	89
5.2.2.	Exclusão total de aplicabilidade do CIRE	89
5.2.3.	Aplicabilidade condicionada à inexistência de disposição especial	90
5.2.3.1.	Empresas de seguros	90
5.2.3.2.	Instituições de crédito e sociedades financeiras	90
5.2.3.3.	Empresas de investimento que prestem serviços que impliquem a detenção de fundos ou de valores mobiliários de terceiros	94
5.2.3.4.	Organismos de investimento colectivo	95
6.	A MASSA INSOLVENTE	97
7.	A CLASSIFICAÇÃO DOS CRÉDITOS	101
7.1.	Generalidades	101
7.2.	As dívidas da massa insolvente	101
7.3.	Os créditos sobre a insolvência	103
7.3.1.	Generalidades	103
7.3.2.	Os créditos garantidos	104
7.3.3.	Os créditos privilegiados	106
7.3.4.	Os créditos comuns	107
7.3.5.	Os créditos subordinados	107
7.3.5.1.	Generalidades	107
7.3.5.2.	Créditos detidos por pessoas especialmente relacionadas com o devedor, bem como aqueles que tenham sido transmitidos por estas a outrem	108
7.3.5.3.	Juros de créditos não subordinados constituídos após a declaração de insolvência	110

7.3.5.4.	Os créditos cuja subordinação tenha sido convencionada pelas partes	111
7.3.5.5.	Os créditos que tenham por objecto prestações do devedor a título gratuito	111
7.3.5.6.	Os créditos sobre a insolvência que, como consequência da resolução em benefício da massa insolvente, resultem para o terceiro de má fé	111
7.3.5.7.	Os juros de créditos subordinados constituídos após a declaração de insolvência	112
7.3.5.8.	Os créditos por suprimentos	113
7.3.6.	O regime especial dos créditos sob condição	113
8.	ÓRGÃOS DA INSOLVÊNCIA	115
8.1.	Generalidades	115
8.2.	O Tribunal	115
8.3.	O administrador da insolvência	117
8.3.1.	Generalidades	117
8.3.2.	Nomeação	117
8.3.3.	Funções	119
8.3.4.	Exercício do cargo	121
8.3.5.	Remuneração	121
8.3.6.	Fiscalização	123
8.3.7.	Prestação de contas	123
8.3.8.	Responsabilidade fiscal	124
8.3.9.	Responsabilidade disciplinar	125
8.3.10.	Responsabilidade civil	125
8.3.11.	Cessação de funções	127
8.4.	A comissão de credores	128
8.4.1.	Generalidades	128
8.4.2.	Nomeação e composição	128
8.4.3.	Funções	129
8.4.4.	Funcionamento	131
8.4.5.	Estatuto dos membros	132
8.4.6.	Cessação de funções	132
8.5.	A assembleia de credores	133
8.5.1.	Generalidades	133
8.5.2.	Competência da assembleia de credores	133
8.5.3.	Convocação da assembleia de credores	134
8.5.4.	Participação na assembleia de credores	135
8.5.5.	Voto na assembleia de credores	136
8.5.6.	Funcionamento e suspensão da assembleia de credores	137
8.5.7.	Cessação de funções	138

9. O PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INSOLVÊNCIA	139
9.1. A legitimidade para o pedido de declaração de insolvência	139
9.2. A apresentação à insolvência pelo devedor	140
9.3. O requerimento da insolvência pelos outros legitimados	143
9.4. Requisitos da petição inicial	146
9.5. Desistência do pedido ou da instância	147
9.6. Consequências da dedução de pedido infundado	148
10. APRECIÇÃO LIMINAR DO PEDIDO E MEDIDAS CAUTELARES	151
10.1. Apreciação liminar do pedido	151
10.2. Medidas cautelares	152
11. OPOSIÇÃO À INSOLVÊNCIA	155
12. AUDIÊNCIA DE DISCUSSÃO E JULGAMENTO	157
13. A SENTENÇA DE INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INSOLVÊNCIA E SUA IMPUGNAÇÃO	159
14. A SENTENÇA DE DECLARAÇÃO DE INSOLVÊNCIA E SEUS EFEITOS	161
14.1. Conteúdo, notificação, citação e publicidade da sentença	161
14.2. A hipótese de insuficiência da massa insolvente	164
14.3. Efeitos da sentença de declaração de insolvência	167
14.3.1. Efeitos sobre o insolvente	167
14.3.1.1. Transferência dos poderes de administração e disposição dos próprios bens para o administrador de insolvência	167
14.3.1.2. Apreensão dos bens	170
14.3.1.3. Fixação de residência ao devedor e seus administradores	172
14.3.1.4. Vinculação do devedor por obrigações de colaboração, informação e apresentação	173
14.3.1.5. Direito a alimentos do devedor pessoa singular	174
14.3.1.6. Limitação à possibilidade de administração de bens alheios por parte do insolvente pessoa singular	176
14.3.1.7. A eventual incapacidade do insolvente pessoa singular	176
14.3.1.8. A dissolução do insolvente pessoa colectiva	177
14.3.2. Efeitos sobre as acções judiciais	178
14.3.3. Efeitos sobre os créditos	181
14.3.4. Efeitos sobre os negócios em curso	185
14.3.4.1. O direito de opção do administrador de insolvência	185
14.3.4.2. Os casos especiais de prestações de coisas infungíveis e prestações fraccionadas	188
14.3.4.2.1. Generalidades	188
14.3.4.2.2. Os casos em que essas prestações constituem créditos do insolvente	188

14.3.4.2.3.	Os casos em que essas prestações constituem dívidas do insolvente	189
14.3.4.3.	Venda com reserva de propriedade, locação financeira e locação-venda	190
14.3.4.3.1.	Insolvência do vendedor ou locador	190
14.3.4.3.2.	Insolvência do comprador ou locatário	191
14.3.4.4.	Venda sem entrega	193
14.3.4.5.	Contrato-promessa	194
14.3.4.6.	Operações a prazo	198
14.3.4.7.	Contrato de locação	200
14.3.4.7.1.	Insolvência do locatário	200
14.3.4.7.2.	Insolvência do locador	201
14.3.4.8.	Contratos de mandato e de gestão	202
14.3.4.8.1.	Insolvência do mandante	202
14.3.4.8.2.	Insolvência do mandatário	204
14.3.4.9.	Procurações	204
14.3.4.10.	Contrato de trabalho	206
14.3.4.10.1.	Insolvência do empregador	206
14.3.4.10.1.1.	Generalidades	206
14.3.4.10.1.2.	A repercussão da insolvência do empregador nos contratos de trabalho existentes enquanto se verificar a administração da empresa insolvente	208
14.3.4.10.1.3.	A possibilidade de celebração de novos contratos de trabalho por parte do administrador da insolvência	211
14.3.4.10.1.4.	Efeitos em caso de encerramento da empresa	212
14.3.4.10.1.5.	Efeitos em caso de alienação da empresa	214
14.3.4.10.1.6.	Efeitos sobre as acções laborais pendentes contra o empregador	216
14.3.4.10.2.	Insolvência do trabalhador	216
14.3.4.11.	Contratos de prestação de serviços	218
14.3.4.11.1.	Prestação duradoura de serviço no interesse do insolvente	218
14.3.4.11.2.	Prestação de serviço pelo devedor insolvente	219
14.3.4.12.	Cessão e penhor de créditos futuros	220
14.3.4.13.	Contratos de conta-corrente	222
14.3.4.14.	Contratos de associação em participação	222
14.3.4.15.	Agrupamento complementar de empresas e agrupamento europeu de interesse económico	223

14.3.4.16.	Injuntividade do regime dos efeitos da insolvência sobre os negócios em curso	224
14.3.5.	A resolução em benefício da massa insolvente	225
14.3.5.1.	Requisitos da resolução em benefício da massa insolvente	225
14.3.5.1.1.	Generalidades	225
14.3.5.1.2.	Requisitos gerais da resolução	225
14.3.5.1.3.	Requisitos da resolução incondicional	227
14.3.5.2.	Exclusão da resolução	228
14.3.5.3.	Legitimidade activa e passiva para o exercício do direito de resolução	229
14.3.5.4.	Forma de exercício do direito de resolução	230
14.3.5.5.	Prazo para o exercício do direito de resolução	231
14.3.5.6.	Oponibilidade da resolução a transmissários posteriores	231
14.3.5.7.	Impugnação da resolução	232
14.3.5.8.	Efeitos da resolução	232
14.3.5.9.	Preclusão da possibilidade de recurso à impugnação pauliana	233
15.	IMPUGNAÇÃO DA SENTENÇA DE DECLARAÇÃO DE INSOLVÊNCIA	235
16.	RECLAMAÇÃO E VERIFICAÇÃO DE CRÉDITOS	239
16.1.	Generalidades	239
16.2.	Reclamação de créditos	240
16.3.	Saneamento do processo	245
16.4.	Instrução do processo	246
16.5.	Discussão e julgamento da causa	246
16.6.	Sentença	246
17.	RESTITUIÇÃO E SEPARAÇÃO DE BENS	249
18.	VERIFICAÇÃO ULTERIOR	253
19.	ASSEMBLEIA DE CREDORES DE APRECIACÃO DO RELATÓRIO	257
20.	LIQUIDAÇÃO DA MASSA INSOLVENTE	261
20.1.	Generalidades	261
20.2.	Dispensa, suspensão e interrupção da liquidação	261
20.2.1.	Generalidades	261
20.2.2.	Dispensa da liquidação	262
20.2.3.	Suspensão da liquidação	262
20.2.4.	Interrupção da liquidação	263
20.3.	Regulação especial da liquidação através de plano da insolvência	263
20.4.	Início da liquidação	263
20.5.	Liquidação de bens em situação de contitularidade, indivisão ou litígio sobre a titularidade	264

20.6. O regime específico dos actos de especial relevo e da alienação de empresa compreendida na massa insolvente	265
20.7. Alienação dos bens compreendidos na massa insolvente	267
20.8. Proibição de aquisição de bens da massa insolvente pelo administrador da insolvência	268
20.9. Depósito do produto das vendas	269
20.10. Conclusão da liquidação	269
21. PAGAMENTO	271
21.1. Generalidades	271
21.2. Pagamento das dívidas da massa insolvente	271
21.3. Pagamento dos créditos que beneficiem de garantia real	272
21.4. Pagamento dos créditos privilegiados	273
21.5. Pagamento dos créditos comuns	274
21.6. Pagamento dos créditos subordinados	274
21.7. Aspectos específicos de tutela de certos créditos	274
21.7.1. A situação dos credores de obrigações solidárias	274
21.7.2. A situação dos créditos sob condição suspensiva	275
21.7.3. A situação dos créditos emergentes do contrato de trabalho	275
21.7.4. A situação dos créditos do Estado e das autarquias locais	278
21.7.5. A situação dos créditos das instituições de segurança social	279
21.7.6. A situação dos créditos do Instituto de Emprego e Formação Profissional	281
21.8. Rateio final e pagamentos	281
22. INCIDENTE DE QUALIFICAÇÃO DA INSOLVÊNCIA	283
22.1. Generalidades	283
22.2. Pressupostos da qualificação da insolvência	283
22.3. Processamento do incidente	286
22.4. Efeitos da qualificação da insolvência como culposa	289
22.4.1. Generalidades	289
22.4.2. Inibição das pessoas afectadas pela qualificação para a administração de patrimónios de terceiros	290
22.4.3. Inibição dessas pessoas para o exercício do comércio e para a ocupação de cargos sociais em certas pessoas colectivas	291
22.4.4. Perda de créditos sobre a insolvência ou sobre a massa insolvente	291
22.4.5. Indemnização aos credores do devedor insolvente	292
23. O PLANO DE INSOLVÊNCIA	295
23.1. Generalidades	295
23.2. Legitimidade para ser objecto de plano de insolvência	296
23.3. Legitimidade para apresentar a proposta de plano de insolvência	296
23.4. Conteúdo do plano de insolvência	297
23.5. Condições de eficácia do plano de insolvência	302

23.6. Aprovação do plano de insolvência	302
23.7. Homologação do plano de insolvência	305
23.8. Efeitos da homologação do plano de insolvência	307
23.9. A execução do plano de insolvência	308
24. A ADMINISTRAÇÃO PELO DEVEDOR	311
25. ENCERRAMENTO DO PROCESSO	313
25.1. Pressupostos do encerramento do processo	313
25.2. Efeitos do encerramento do processo	315
25.3. Publicidade do encerramento do processo	318
26. O REGIME EXTRAJUDICIAL DE RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS (RERE)	319
26.1. Generalidades	319
26.2. Pressupostos legais	320
26.3. Tramitação das negociações	323
26.4. Celebração e depósito do protocolo de negociação	324
26.5. Efeitos do depósito do protocolo de negociação	325
26.5.1. Efeitos sobre o devedor	325
26.5.2. Efeitos sobre os credores	326
26.5.3. Efeitos sobre outros processos	327
26.5.4. Efeitos sobre os fornecedores de serviços públicos essenciais	328
26.6. Regime das negociações	328
26.7. Encerramento das negociações	330
26.8. Celebração e depósito de acordo de reestruturação	331
26.9. Efeitos do acordo de reestruturação	332
26.10. Incumprimento do acordo	335
26.11. Articulação com outros processos	336
27. O PROCESSO ESPECIAL DE REVITALIZAÇÃO	337
27.1. Generalidades	337
27.2. Pressupostos legais	337
27.3. Tramitação processual	339
27.4. Efeitos da nomeação do administrador judicial provisório	343
27.4.1. Efeitos sobre a empresa	343
27.4.2. Efeitos sobre outros processos	343
27.4.3. Suspensão dos prazos de prescrição e de caducidade	345
27.4.4. Efeitos sobre os fornecedores de serviços públicos essenciais	346
27.5. Conclusão do processo de revitalização	346
27.5.1. Conclusão do processo com aprovação do plano de recuperação	346
27.5.2. Conclusão do processo sem aprovação do plano de recuperação	349
27.6. O caso especial de homologação de acordos extrajudiciais de recuperação da empresa	350
27.7. Subsistência dos negócios e garantias acordados, mesmo que se verifique a insolvência da empresa	351



27.8. Encerramento do processo e cessação de funções do administrador judicial provisório	352
<b>28. O PROCESSO ESPECIAL PARA ACORDO DE PAGAMENTO</b>	<b>353</b>
28.1. Generalidades	353
28.2. Pressupostos legais	353
28.3. Tramitação processual	354
28.4. Efeitos da nomeação do administrador judicial provisório	356
28.4.1. Efeitos sobre o devedor	356
28.4.2. Suspensão dos prazos de prescrição e de caducidade	356
28.4.3. Efeitos sobre outros processos	356
28.4.4. Efeitos sobre os fornecedores de serviços públicos essenciais	357
28.5. Conclusão do processo especial para acordo de pagamento	358
28.5.1. Conclusão das negociações com aprovação do acordo de pagamento	358
28.5.2. Conclusão das negociações sem aprovação do acordo de pagamento	360
28.6. O caso especial de homologação de acordo extrajudicial de pagamento	361
28.7. Subsistência dos negócios e garantias acordados, mesmo que se verifique a insolvência do devedor	362
28.8. Encerramento do processo e cessação de funções do administrador judicial provisório	362
<b>29. O REGIME ESPECIAL DA INSOLVÊNCIA DE PESSOAS SINGULARES</b>	<b>363</b>
29.1. A exoneração do passivo restante	363
29.1.1. Generalidades	363
29.1.2. Pressupostos da concessão da exoneração do passivo restante	365
29.1.3. Indeferimento liminar do pedido	366
29.1.4. O despacho inicial	368
29.1.5. A cessão do rendimento disponível do devedor	369
29.1.6. Situação jurídica do fiduciário	370
29.1.7. Situação jurídica do devedor	371
29.1.8. Situação jurídica dos credores	374
29.1.9. Cessação antecipada do procedimento de exoneração	375
29.1.10. Concessão da exoneração do passivo restante	376
29.1.11. Revogação da exoneração	377
29.2. O plano de pagamentos aos credores	378
29.2.1. Generalidades	378
29.2.2. Pressupostos do plano de pagamentos	379
29.2.3. Apresentação do plano de pagamentos	380
29.2.4. Conteúdo do plano de pagamentos	381
29.2.5. Efeitos da apresentação do plano de pagamentos	382
29.2.6. Processamento do plano de pagamentos	383
29.2.7. Aprovação do plano de pagamentos	385
29.2.8. Termos subsequentes à aprovação	387
29.2.9. Consequências da não aprovação ou da revogação do plano de pagamentos	388

29.2.10. Consequências do decretamento da insolvência com aprovação do plano de pagamentos	388
29.2.11. Incumprimento do plano de pagamentos	389
29.2.12. Possibilidade de instauração de novos processos de insolvência	390
29.3. A insolvência de ambos os cônjuges	391
29.3.1. Generalidades	391
29.3.2. Pressupostos da coligação de cônjuges	391
29.3.3. Formas de verificação da coligação de conjúgos	392
29.3.4. Efeitos da coligação de cônjuges	393
30. AS INSOLVÊNCIAS INTERNACIONAIS	395
30.1. Generalidades	395
30.2. Âmbito de aplicação do Regulamento (UE) 2015/848	396
30.3. Regime geral de determinação da lei aplicável	398
30.4. Regras específicas	399
30.5. A competência internacional para o processo de insolvência	400
30.6. A repercussão no estrangeiro dos processos de insolvência que correm nos tribunais portugueses	402
30.7. Repercussão em Portugal dos processos de insolvência que correm no estrangeiro	404
31. OS CRIMES INSOLVENCIAIS	407
31.1. Generalidades	407
31.2. O crime de insolvência dolosa	408
31.3. A frustração de créditos	409
31.4. A insolvência negligente	409
31.5. O favorecimento de credores	410
31.6. Agravação das penas	411
31.7. A indiciação de infracção penal em processo de insolvência	411